

*Domingues, Ivan. O trabalho e a técnica.
São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016. 114
p. – (Filosofias: o prazer do pensar/dirigida por
Marilena Chauí e Juvenal Savian Filho).*

Resenha de Cecília de Sousa Neves¹

O objetivo do livro “O trabalho e a técnica” escrito pelo Prof. Dr. Ivan Domingues, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, publicado em 2016, como parte da Coleção *Filosofias: O prazer do pensar*, é promover um maior entendimento sobre a técnica e sua ligação com o trabalho. Combinando investigação histórica e análise filosófica dos problemas e conceitos – para a qual concorrerá a efetuação de distinções analíticas e mobilização de paradigmas interpretativos – Ivan Domingues, atualmente uma referência nacional nos estudos acerca da interface entre filosofia e tecnologia, delineia uma importante faceta do horizonte problemático da reflexão filosófica sobre a técnica, a saber, a sua relação decisiva com o trabalho.

O início da história da relação entre ser humano e técnica pode ser remetido à era pré-histórica do Paleolítico. Quando o próprio corpo humano se converte em um dos primeiros objetos da técnica. Não apenas objeto, mas instrumento e meio de ação, como atesta a conversão da mão em ferramenta por excelência no instante em que os humanoides desceram das árvores e se tornaram bípedes. Desde então, uma vez posto em movimento, o processo de desenvolvimento técnico nunca parou, tornando-se um fator constitutivo e modelador da civilização humana. Para o autor, o liame intrínseco entre humanidade (*ánthropos*), técnica (instrumento e meio de ação) e experiência (saber empírico) pode ser considerado um eixo condutor

1 Doutoranda em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista Capes. E-mail: cecilianeves2003@yahoo.com.br.

privilegiado para se contar a fascinante história do *Ánthropos* e seu percurso civilizatório. Um caminho que parte dos primeiros ensaios de civilizações, passando pela vertiginosa inflexão caracterizada pela modernidade (quando a técnica associada à ciência se converte em tecnologia) e que culminará na era contemporânea marcada pelo advento de um novo modo de vida essencialmente tecnológico.

A estratégia filosófica que servirá de bússola nesse quadro histórico-filosófico é a perspectiva da técnica/tecnologia como categoria da ação, isto é, tomadas a partir de seu enraizamento fundamental na experiência, donde se deriva seu vínculo intrínseco e constitutivo com o saber empírico.

A primeira parte do livro visa traçar um quadro das quatro principais concepções da técnica: instrumental, metafísica, sistêmica e crítica. A tipificação apoia-se sobre a expressão *ensemble technique* de Leroi-Gourhan. Essa expressão, que pode ser traduzida como “unidade técnica”, revela-se como um recurso conceitual de grande fertilidade que permite pensar, desde o Paleolítico até a contemporaneidade, não apenas a relação entre *tékhnē* e *ánthropos*, i.é., entre homem e instrumento, em termos de uma unidade originária e indivisa, mas as próprias relações que atravessam as instâncias do ser humano, da técnica e da natureza enquanto relações reversíveis e coordenáveis entre meios e fins. Segundo a visão instrumental da técnica, os instrumentos e ferramentas são vistos como meios neutros a serviço de fins fixados pelos seres humanos, ficando em nossa alçada usá-los para bem ou mal e interromper o jogo se não funcionam ou não nos atendem mais. Encontramos essa visão em Aristóteles, Bacon, Descartes e Marx. Esta perspectiva reflete uma situação confortável, somos os donos do jogo, pois escolhemos os fins e os meios.

A segunda visão da técnica é chamada metafísica ou essencialista. Ela focaliza o vínculo substancial do homem com a técnica. Esta visão é encontrada nos filósofos antigos (Aristóteles e Platão) e modernos (Rousseau e Heidegger). Heidegger é considerado o principal representante desta perspectiva, pois altera a pergunta a ser feita sobre a técnica: não se trata de perguntar por seu uso e aplicação, mas por sua essência, ou seja, pelo liame metafísico por trás da relação manipuladora e utilitarista da técnica para com a natureza, tal como estabelecida na modernidade. Segundo o filósofo, a essência da técnica não é técnica, mas metafísica, razão pela qual deve ser tratada como matéria de uma ontologia fundamental. Modelando a natureza e o

homem a técnica revela-se como *Gestell*, estrutura ou dispositivo interposto entre a Natureza e a humanidade. Tal concepção, contraposta à visão instrumental, leva Heidegger a patrocinar uma visão distópica e fatalista, visto que o tólos ou o fim da técnica passa a ser instaurar o controle da natureza e do mundo humano, o sistema tecnológico convertendo-se em sujeito e o ser humano convertendo-se em objeto. Dessa forma, Heidegger põe em xeque a confortável abordagem instrumental, alertando que o feitiço pode virar contra o feiticeiro.

Em terceiro lugar, encontramos a visão sistêmica da técnica. Esta perspectiva trata a técnica, as tecnologias e as tecnociências como vetores de um modo de vida que constitui e atravessa as relações humanas com os objetos técnicos, constituindo um imenso sistema totalmente integrado, uma ordem ontológica densa e coercitiva dotada de finalidade intrínseca e capaz de ganhar autonomia e avassalar o ser humano, deixando-o dependente de suas vantagens e comodidades. Lembra a visão de Heidegger, mas sem o pesado ônus metafísico de sua filosofia. Esta é a visão de Max Weber, Jacques Ellul, Gilbert Simondon, Oswald Spengler e Langdon Winner. Aqui também merecem atenção algumas variantes da visão sistêmica, tais como, o extensionismo, fusionismo e melhorismo.

Em quarto lugar consta a visão crítica e sociocultural da técnica. Esta visão se propõe a superar, através de uma atitude crítica e sistêmica da técnica a incompreensão de fundo acerca da natureza das atividades tecnológicas que está na base das visões extremas e equivocadas da técnica: de um lado, tecnófilos e tecnoprofetistas com sua reverência e adesão incondicional e, de outro, os tecnófobos com seu temor e rejeição total; ambas as visões partilhando de uma perspectiva determinista (adesão irrestrita ao imperativo da técnica segundo o qual o que se pode fazer, deve-se fazer) e fatalista (a única saída é a resignação). A triagem crítica dos pontos positivos e negativos das tecnologias em sua relação com a natureza e a humanidade é atravessada pela perspectiva das humanidades e pela questão do controle e regulação. Como representantes situam-se Herbert Marcuse e, principalmente, Andrew Feenberg.

A segunda parte do livro trata da categoria do trabalho em sua relação com a técnica. Na mesma linha desta, o trabalho será compreendido como categoria antropológica, i.é., como modo ou aspecto da ação humana, enraizado na experiência. Esta parte subdivide-se em três momentos. Em primeiro lugar, apresenta-se uma tipologia das visões do trabalho baseada em cinco eixos: trabalho como maldição ou degradação do humano; trabalho como alforria

ou elevação; trabalho como atividade dignificante; trabalho em oposição ao ócio e ao lazer; o trabalho intelectual.

O segundo momento visa entender a unidade (técnica, ou seja, enquanto *ensemble technique*) entre trabalho e técnica, tal como reconfigurada na sociedade industrial moderna (após século XVIII). Para isso o autor analisa brevemente as três revoluções operadas no campo da produção ocidental e que alteraram os significados dos dispositivos técnicos (trabalho, procedimentos e produtos): 1ª Revolução Industrial (Inglaterra, 1780-1830), aqui a máquina a vapor instaura o reinado do maquinismo e da eficiência, da produção em massa (especialização e fragmentação) e a padronização dos produtos e procedimentos; 2ª Revolução industrial (Estados Unidos, 1870-1920), cujo epicentro foi o motor de combustão interna da indústria automobilística e o reinado das linhas de montagem (taylorismo e fordismo com sua organização científica do trabalho e aumento exponencial da produtividade), ambos os dispositivos revolucionarão o modo de vida da humanidade; 3ª Revolução Industrial (iniciada em 1970 no Vale do Silício, Estados Unidos), tem como centro irradiador o setor de serviços e como plataforma de ação, o computador. Baseia-se na nova divisão técnica do trabalho, o toyotismo, antípoda do fordismo americano, pois caracterizada pela flexibilidade dos processos e equipes multifuncionais, horizontalizadas e autônomas. O computador inicia uma revolução tão radical que ultrapassa as fronteiras da indústria criando uma nova cultura.

No último movimento, a fim de refletir sobre o significado antropológico do trabalho no contexto gerado pelas três revoluções industriais, Ivan Domingues apresenta dois modelos que orientaram a concepção do trabalho no Ocidente. O modelo do escultor, considerado por Aristóteles como aquele (causa formal) que imprime (causa eficiente) uma forma ou essência em uma matéria (causa material) com determinado fim (causa final). A figura emblemática aqui é Hermes de Policleto. O trabalho conforme esse modelo é inteiramente controlado pelo trabalhador e baseado num cálculo de fins e meios. Em segundo lugar, o modelo do engenheiro, quem concebe os processos e os antecipa. A representação desse modelo é expressa pela figura do inventor, aludida por Simondon na obra *O modo de existência dos objetos técnicos*. Nessa obra, Simondon propõe um novo quadro analítico centrado na categoria de atividade técnica compreendida como *poiesis* (produção nada misteriosa de algo que se dá primeiro pela invenção e depois pela conformação), para a qual o trabalho é apenas um aspecto.

Articulando as visões da técnica (primeira parte) e as visões do trabalho (e dos dispositivos técnicos, como tratadas na segunda parte) é possível determinar o trabalho: segundo uma visão instrumental, como meio para um fim; como aspecto ou significado essencial da condição humana; como sistema, tal como pressuposto pela organização científica do trabalho do fordismo e taylorismo e, por último, sob uma perspectiva crítica, especialmente, do aspecto alienante do trabalho na sociedade capitalista, como fazem Marx, Marcuse e Feenberg.

Assim, neste livro Ivan Domingues nos propõe uma reflexão histórico-filosófica da técnica e do trabalho como categorias antropológicas, ou seja, enraizadas na experiência. O conceito de “unidade técnica” apresenta-se como recurso interessante, pois permite articular em relações substanciais e reversíveis de meios e fins às instâncias da experiência, técnica e dos significados que definem o *ánthropos*. Por isso, a primeira conclusão do livro é a necessidade de se abandonar a visão estereotipada segundo a qual a técnica é um acréscimo artificial à vida humana. Ao contrário, a técnica está para a vida, como a teia está para a aranha ou a colméia para a abelha. Em segundo lugar, na esteira de Simondon, a ênfase no conceito de dispositivos técnicos permite considerar o trabalho como parte da tecnicidade e enquanto atividade técnica sujeito à “tecnificação”, ou seja, transformado em mera ferramenta de processos produtivos e lucrativos (como vemos no fordismo e taylorismo). Pode-se dizer que a tirania da natureza foi substituída ao longo da modernidade pela tirania da técnica que, a partir do XX, absorve todas as instâncias da vida. Porém, paradoxalmente, a fluência material promovida pelo *boom* do desenvolvimento técnico repõe um espaço perdido no percurso da tecnificação do trabalho: o tempo livre para o cuidado de si. O problema é que essa demanda embora tenha recuperado seu espaço, como resultado da crise niilista da cultura (caracterizada pelo naufrágio das antigas crenças e referenciais milenares) acabou sofrendo um radical esvaziamento de sentido, de forma que o tempo livre é, doravante, sentido como vazio insuportável a ser preenchido não com ciência, filosofia, arte ou religião (atividades tradicionalmente doadoras de sentido), mas antes com mais técnica. O resultado é a total imersão no imenso aparato da técnica que inclui o trabalho, celebrado como o grande eixo estruturador da vida, intercalado com episódicos momentos de evasão. Munidos de um melhor entendimento sobre a técnica e suas relações com a experiência e com o trabalho, podemos acompanhar o autor na conclusão de que uma solução inteligente ao problema do niilismo radicalizado pelo desenvolvimento tecnológico não deve ser buscada na técnica, mas em uma experiência existencial, ou seja, na busca interna de significado que permita integrar de forma harmoniosa a dimensão individual e coletiva.

Por se tratar de uma coleção também endereçada aos professores e estudantes de filosofia do ensino médio, o livro contém apêndices que vale a pena mencionar aqui. Tais como excertos estratégicos das principais referências do debate, um roteiro de perguntas que auxiliam o estudante na melhor compreensão do conteúdo, e, por fim, uma charmosa seção com dicas de filmes, literatura, séries e passeios em museus. Conclusão muito apropriada para uma série intitulada *Filosofias: o prazer do pensar*.

Recebido em fevereiro de 2017

Aprovado em março de 2017